

Processo n.: @APE 18/00430130

Assunto: Ato de Aposentadoria de Orlando Xavier Júnior

Responsável: Adeliana Dal Pont

Unidade Gestora: São José Previdência - SJPREV/SC

Unidade Técnica: DAP

Decisão n.: 784/2022

O TRIBUNAL PLENO, diante das razões apresentadas pelo Relator e com fulcro nos arts. 59 e 113 da Constituição Estadual e 1º da Lei Complementar (estadual) n. 202/2000, decide:

1. Denegar o registro, nos termos dos arts. 34, II, c/c o 36, §2º, “b”, da Lei Complementar (estadual) n. 202/2000, de 15 de dezembro de 2000, do ato de aposentadoria do servidor Orlando Xavier Júnior, da Prefeitura Municipal de São José, ocupante do cargo de Professor, nível MAG-PROF-12C, matrícula n. 1618-7, CPF n. 298.420.009-82, consubstanciado no Decreto (municipal) n. 8.986/2017, de 06/12/2017, considerado ilegal conforme análise realizada, em razão da irregularidade abaixo:

1.1. Cômputo de tempo de contribuição concomitante relativo ao período de 1º/08/1977 a 30/12/1984 na condição de tempo de serviço público estadual (averbado), pois já utilizado em outra aposentadoria, concedida na esfera estadual ao servidor, no cargo de Professor (objeto do Processo n. @APE 14/00508417), resultando em tempo de contribuição insuficiente para o cumprimento dos 35 (trinta e cinco) anos exigidos pelo inciso I do art. 3º da Emenda Constitucional n. 47/2005.

2. Determinar à **São José Previdência - SJPREV/SC**:

2.1. a adoção de providências necessárias com vistas à anulação do ato de aposentadoria (Decreto – municipal - n. 8.986/2017, de 06/12/2017);

2.2. que comunique as providências adotadas a este Tribunal de Contas **impreterivelmente no prazo de 30 (trinta) dias**, a contar da publicação desta Decisão no Diário Oficial Eletrônico do TCE – DOTC-e -, nos termos do que dispõe art. 41, *caput* e § 1º, do Regimento Interno (Resolução n. TC-06, de 03 de dezembro de 2001), sob pena de responsabilidade da autoridade administrativa omissa e cominação das sanções previstas no art. 70, VI e § 1º, da Lei Complementar (estadual) n. 202, de 15 de dezembro de 2000, ou interponha recurso, conforme previsto no art. 79 da citada Lei Complementar.

3. Alertar à São José Previdência - SJPREV/SC - quanto à obrigatoriedade de se observar o devido processo legal quando houver pretensão, pela via administrativa, de suprimir vantagens ou de anular atos administrativos, mesmo quando for por orientação do Tribunal de Contas, assegurando ao servidor, nos termos do inciso LV do art. 5º da Constituição Federal, o direito ao contraditório e à ampla defesa, mediante regular processo administrativo, como forma de precaução contra eventual arguição de nulidade de atos por cerceamento de defesa.

4. Dar ciência desta Decisão, bem como do Relatório e Voto do Relator que a fundamentam, à São José Previdência - SJPREV/SC.

Ata n.: 22/2022

Data da Sessão: 22/06/2022 - Ordinária - Virtual

Especificação do quórum: Adircélio de Moraes Ferreira Júnior, Herneus João De Nadal, José Nei Alberton Ascari, Wilson Rogério Wan-Dall, Luiz Roberto Herbst, Cesar Filomeno Fontes e Luiz Eduardo Cherem



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA GERAL

Representante do Ministério Público de Contas/SC: Cibelly Farias

Conselheiros-Substitutos presentes: Gerson dos Santos Sicca, Cleber Muniz Gavi e Sabrina Nunes Iocken

ADIRCÉLIO DE MORAES FERREIRA JÚNIOR
Presidente

WILSON ROGÉRIO WAN-DALL
Relator

Fui presente: CIBELLY FARIAS
Procuradora-Geral do Ministério Público de Contas/SC